

A EXPERIÊNCIA DE SER COORDENADORA DE CRECHE: DEPOIMENTOS CONDUZINDO A UMA REFLEXÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DE UMA PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA ESCOLAR

Renata Maria Coimbra LIBÓRIO¹

RESUMO: A presente pesquisa refere-se à busca empreendida por mim, enquanto psicóloga escolar, no sentido de compreender a experiência das coordenadoras de creche com as quais trabalhava, através do contato com sua realidade e necessidades. Para possibilitar essa compreensão, foram obtidos depoimentos gravados e, posteriormente, transcritos. Ao interpretar esses depoimentos, centrei minha atenção na dimensão mais subjetiva presente nos relatos, relacionada aos sentimentos que emergiram da experiência de ser coordenadora de creche. No encaminhamento da discussão desse trabalho, são apontadas as seguintes questões: a desvalorização existente frente à prática das profissionais de creche e a essa instituição educativa de modo geral; a modificação que esse processo de pesquisa promoveu em mim, enquanto profissional, e a necessidade de trabalharmos em prol do reconhecimento dos profissionais de creche, pela qualidade e empenho ao trabalho oferecido à comunidade de baixa renda.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia Escolar; Educação Infantil; Creche; Pesquisa Qualitativa; Relatos Orais.

A CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

No ano de 1991, iniciei um trabalho, como psicóloga escolar, na Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, junto à Secretaria Municipal de Educação, onde atuava, inicialmente, com a pré-escola.

Minha intervenção abrangia toda a rede municipal pré-escolar, pois, como era a única profissional da área da psicologia nessa Secretaria, havia pedidos, para que trabalhasse com todos os projetos de atendimento à população presentes na Secretaria da Educação.

Basicamente existiam três projetos na época:

- os CIEMs (Centro Integrado de Educação Municipal): unidades nas quais funcionavam salas de pré-escola (com crianças de 4 a 6 anos) e de educação suplementar (com as crianças de 7 a 14 anos);
- os CCIMs (Centro de Convivência Infantil Municipal): eram as antigas creches, que atendiam crianças de 0 a 7 anos.
- as EMEIs (Escola Municipal de Educação Infantil): eram salas de pré-escola, que funcionam em espaços cedidos pelas escolas estaduais.

Todos esses projetos contavam com uma equipe composta por profissionais da área da pedagogia e serviço social, que faziam a coordenação do trabalho nessas unidades. A

psicóloga era a única profissional que acabava tendo que atuar com esses três projetos.

No início de meu trabalho, em 1991, embora a rede de Educação Municipal já fosse grande e possuísse esses três projetos (com seus vários usuários: as crianças e suas famílias), ainda havia uma possibilidade maior de realizar um trabalho. Mas, com o passar dos anos, a efetivação de meu trabalho como psicóloga foi-se tornando cada vez mais difícil, em função do aumento progressivo da rede e pela ampliação do número de usuários e educadores, com a permanência de uma profissional apenas.

Aos poucos, fui percebendo que, enquanto psicóloga, não concretizava nada. Pelo menos era o que sentia.

Acho importante explicar como se constituía minha atuação e os questionamentos que surgiam em decorrência da mesma.

Eu trabalhava, basicamente, com orientação de professoras e pais, quando os mesmos ou as assistentes sociais e pedagoga requisitavam a presença da psicóloga, por estarem enfrentando dificuldades em seu trabalho ou no relacionamento com as crianças.

A partir desse encaminhamento, vindos dos três projetos (EMEIs, CCIMs e CIEMs), eu ia até a unidade, realizava entrevistas com as professoras que haviam solicitado trabalho (elas relatavam suas dificuldades com as crianças), realizava observações das crianças consideradas "problema" e, em muitos casos, solicitava que os pais ou a mãe pudesse ir até a unidade para realizar uma entrevista comigo, cujo objetivo era ampliar a compreensão sobre as crianças encaminhadas pela professora. A intenção não era reforçar, na professora, a idéia de que a criança encaminhada por ela tivesse a "causa" de seus problemas centrada na sua família ou nela própria.

¹ Departamento de Educação - Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP - 19060-900 - Presidente Prudente - Estado de São Paulo - Brasil.

A partir da observação das crianças, da entrevista com as professoras e pais, realizava encontros individuais (geralmente tres) com a professora, durante os quais discutíamos sua dificuldade com a criança, assim como propúnhamos também algumas formas, através das quais ela pudesse lidar com a situação. Geralmente, as queixas relatadas pelas professoras relacionavam-se com as dificuldades em lidar com o comportamento das crianças (tais como: agressividade, indisciplina, sexualidade) e também com relação à aprendizagem (criança "desmotivada", "lenta", "distraída").

Nesses encontros com as professoras, eu tentava mostrar-lhes a relação que existia entre sua atuação e o comportamento da criança. Visava a revelar a necessidade de a professora entender, de uma forma mais ampla, o que estava gerando a dificuldade apresentada pelas crianças. Era essa a tônica de minha intervenção, no início de meu trabalho.

Percebia progressos, mas, mesmo assim, persistiam alguns questionamentos. Sentia que era muito difícil, somente com algumas entrevistas com a professora, desmistificar alguns conceitos muito arraigados em sua prática. Refletia sobre como poderia atingir a professora, promovendo uma mudança em sua concepção e, conseqüentemente, em sua atuação.

Vários questionamentos sobre minha atuação me acompanhavam no desenvolvimento de meu trabalho. Esses questionamentos advinham, também, de relatórios que vinha fazendo de autores que escreviam sobre a atuação da psicologia no contexto escolar, na tentativa de encontrar alternativas para minha ação.

Comecei a sentir necessidade de compreender, melhor, a natureza das intervenções que realizava. Para começar a entender essa questão, acho que seria interessante iniciar com as críticas que comecei a fazer, quanto à forma como vinha atuando, ao desenvolver meu trabalho como psicóloga escolar da Secretaria da Educação.

Comecei a perceber que, embora fosse meu objetivo descaracterizar a queixa como centrada na criança, acabei percebendo que o próprio fato de entrevistar os pais e observar a criança sugeria às professoras que o problema pudesse estar naquela. Tal percepção levou-me a questionar muito meu trabalho.

Comecei a fazer uma autocrítica baseada nas leituras de PATTO (1984, 1986 e 1991). Assim, a partir da constatação de uma incongruência presente em meu trabalho, é que passei a buscar outras possibilidades de atuação como psicóloga escolar.

APROXIMAÇÃO COM A REALIDADE DAS CRECHES

Paralelamente a esses questionamentos constantes e da prática que vinha desenvolvendo,

junto a professoras e pais, houve uma solicitação por parte da administração - em 1991 - para que eu realizasse um trabalho mais diretamente ligado às creches. Comecei, então, a realizar um trabalho conjunto com as assistentes sociais e a pedagoga, passando a integrar a Equipe Técnica, que seria responsável pelo trabalho junto às creches do município.

Com a passagem das creches para a Secretaria da Educação e com o objetivo de descaracterizarmos a instituição de seu aspecto assistencialista, as creches foram denominadas Centros de Convivência Infantil e Municipal (CCIM). Nossa Equipe Técnica tinha como objetivo promover uma mudança na concepção de creche e, conseqüentemente, no trabalho a ser desenvolvido nessas unidades. Era necessário elaborar uma proposta de intervenção que propiciasse a compreensão do aspecto educativo do trabalho com crianças de 0 a 7 anos, em detrimento do aspecto assistencial, que predominava no atendimento a essa faixa etária.

A Constituição Federal de 1988, no que se refere ao direito à educação, promoveu uma mudança na visão do trabalho a ser desenvolvido com as crianças de 0 a 7 anos. Enfatizava a importância de revestirmos o trabalho com crianças pequenas de um caráter educativo.

A partir do contato que tivemos com os profissionais de creche e com a realidade dos CCIMs, foi elaborado um Curso de Formação para as ADIs (auxiliar do desenvolvimento infantil). Nesse curso, também houve a participação das coordenadoras dos CCIM, com duração de 6 meses, durante o 2º semestre de 1991. Seu objetivo era promover uma reflexão por parte das ADIs dos CCIMs sobre sua prática, a partir de temáticas, como: concepção de creche; concepção de criança; autoridade e autoritarismo; desenvolvimento infantil; e trabalho com família.

Durante e após o término do Curso de Formação, percebemos que seria necessário um acompanhamento mais direto do trabalho das educadoras dos CCIMs, pois havia dificuldades de implantarem, na prática, a nova proposta pedagógica.

Dessa forma, foi proposta para o ano seguinte, como continuidade do Curso de Formação, a realização de um projeto Piloto, como forma de propiciar uma intervenção mais direta e maior efetivação da proposta pedagógica. Assim, a Equipe Técnica dividiu-se, ficando uma assistente social, a pedagoga e a psicóloga mais voltadas para uma intervenção mais sistemática junto a dois CCIMs; e a outra assistente social e duas orientadoras pedagógicas passaram a atuar nas demais creches, de forma mais esporádica, porque contavam com um maior número de unidades.

Dessa forma, comecei a me aproximar dos problemas vividos no cotidiano das creches e a me interessar por eles.

Ao finalizarmos a experiência com o Projeto Piloto, percebemos que a maior dificuldade

na implantação da nova proposta pedagógica se referia à falta de condições que as coordenadoras de creche sentiam em poder pôr em prática a orientação pedagógica discutida, às vezes, devido a problemas na estrutura física da creche, falta de condições materiais e falta de tempo para coordenadoras realizarem a coordenação pedagógica.

Ao entrar em contato cada vez maior com as dificuldades vividas pelas coordenadoras de creche, comecei a delinear minha problemática de pesquisa, que começava a ter início durante a realização do Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Psicologia Escolar na Universidade de São Paulo.

A realidade de trabalho vivida pelas Coordenadoras de creche parecia-me composta de tanta complexidade, que foi influenciando cada vez mais em meu trabalho, enquanto profissional e pesquisadora.

Assim, fui construindo meu projeto de pesquisa no mestrado que nasceu sustentado em minha prática profissional na área de psicologia escolar.

Ao elaborar o projeto para a dissertação, tinha, em mente, dois questionamentos importantes que me guiaram em todo o percurso, enquanto pesquisadora:

1. como compreender melhor a experiência das coordenadoras de creche?
2. como concretizar um trabalho, enquanto psicóloga escolar, que fosse mais crítico, questionador, transformador?

Interessada em estudar a problemática vivida pelas coordenadoras de creche, foi-se delinear minha preocupação em procurar levantar aspectos desconhecidos da prática de "ser coordenadora," o que dificultava o desenvolvimento de nosso trabalho com elas e também de seu próprio trabalho nas creches que coordenavam.

Assim, surgiu a seguinte idéia: realizar um depoimento com cada coordenadora, através do qual elas me estariam relatando o que significava a experiência de "ser coordenadora de CCIM", na sua própria perspectiva.

Acreditava que o conhecimento obtido através dos depoimentos poderia revelar-me uma nova possibilidade de intervenção, que contribuisse não somente para a minha prática profissional, mas de psicólogos escolares, em geral.

A idéia de realizar esses depoimentos foi aceita pelos profissionais da Equipe técnica, pela Secretária da Educação e pelas próprias coordenadoras.

A COLETA DOS DEPOIMENTOS

A realização dos depoimentos com as coordenadoras nos possibilitaria obter uma melhor compreensão que pudesse auxiliar, não somente o meu trabalho, ou da Equipe Técnica como um todo, mas, principalmente, o trabalho das próprias

coordenadoras. Para mim, foi-se tornando, cada vez mais, necessário conhecer, mais de perto, a experiência das coordenadoras, suas dificuldades, as situações vividas, para que pudéssemos desenvolver um trabalho que fosse mais ao encontro de suas reais necessidades.

Enquanto refletia sobre essa problemática, fiz a leitura da tese "A experiência de psicólogas na comunicação de massas" (Schmidt, 1991). Essa leitura foi fundamental, auxiliando-me na reflexão do ponto de vista metodológico. Fui descobrindo a importância do relato da experiência da pessoa quanto a uma determinada situação que ela presencia e vive, e que o pesquisador não vivenciou, mas busca compreender. A idéia de trabalhar com depoimentos parecia permitir a revelação dessa experiência. A opção por depoimentos foi decorrente da necessidade de compreensão da questão, pois, dentre as técnicas de coleta de dados em uma pesquisa qualitativa, foi a que propiciava uma melhor aproximação com aquilo que buscava compreender: a experiência de ser coordenadora de creche. Pensei nessa possibilidade, dada a questão de existirem três formas de obtenção de relato oral, que são: a história de vida, o depoimento e a entrevista. Embora os dois últimos se constituam de relatos da experiência do indivíduo, possuem, todavia, diferenças entre si.

Com relação aos depoimentos, Pereira de Queiróz (1987, p. 275) explica que, em ciências sociais, depoimentos significam "o relato de algo que o informante efetivamente presenciou, experimentou ou, de alguma forma, conheceu, podendo, assim, certificar.

Ao propor coletar depoimentos, o pesquisador escolhe, da experiência do sujeito, um setor de sua vida que lhe interessa e ao qual o pesquisador e sujeito devem ater-se. No depoimento, existe liberdade no percurso do relato, pois o pesquisador não vai para o depoimento com um rol de perguntas prontas para o sujeito.

Existe a possibilidade do "livre curso do pensamento e das lembranças" (Schmidt, 1991, p. 73), sendo que pode haver momentos em que o pesquisador faça algumas perguntas no decorrer da escuta do relato do sujeito, relacionadas a aspectos trazidos pelos próprios.

Em meu trabalho profissional, atuava com um total de onze coordenadoras, sendo que quatro administravam creches nos distritos de Presidente Prudente e sete faziam esse trabalho nas creches locais.

Optei por realizar um depoimento com cada coordenadora das creches locais, por facilidade de locomoção e disponibilidade de tempo das mesmas.

A dificuldade de locomoção até os distritos (devido à distância, falta de condução) e menor tempo disponível das coordenadoras que lá trabalhavam, em Presidente Prudente, nortearam a escolha da amostra.

Após a obtenção dos depoimentos com as sete coordenadoras, o próximo passo foi ouvir a fala das coordenadoras, na tentativa de aproximarmos de seus relatos, buscando a compreensão de sua experiência, ou seja, o meu problema de pesquisa.

Em seguida, foi elaborada uma transcrição literal dos depoimentos, com posterior textualização, visando transformar o texto falado em texto escrito (Araújo, 1993). Da escuta inicial de todos os depoimentos, um aspecto mostrou-se bastante relevante: a necessidade que as coordenadoras sentiam de serem ouvidas. Todas elas apontavam para a falta de apoio na esfera afetiva, pois, segundo as mesmas, nós, os profissionais da Equipe, não dispensávamos atenção ao seu lado emocional.

A partir dessa constatação, foi proposta a criação de um momento, para que todas as coordenadoras (locais e dos distritos) pudessem estar comigo em grupo e tivessem condições de expressar seu pensamento e elaborar seus sentimentos, quanto às dificuldades vividas no cotidiano da creche.

Nesse momento, percebi que há uma relação de complementação entre a função de profissional e pesquisadora, pois a coleta de dados, como pesquisadora, levou-me a uma nova proposta de trabalho, enquanto psicóloga escolar.

A nova proposta de montagem desses grupos com as coordenadoras foi influenciada tanto pela constatação obtida através dos depoimentos, como também baseada em novas leituras que fiz na área da Psicologia Escolar.

A leitura do texto de Souza et al (1989, p.7) "A questão do rendimento escolar: mitos e preconceitos" foi fundamental, pois me ajudou a vislumbrar uma nova proposta de atuação. Nesse artigo, Souza explica que ela e as demais psicólogas do Serviço de Psicologia Escolar (USP) vêm introduzindo, em sua prática desenvolvida nas escolas públicas, a criação de espaços de fala, ou seja, "de expressão daqueles que, normalmente, têm sido impedidos de fazê-lo, quer na escola, quer nas demais instâncias da sociedade".

Essa estratégia de trabalho proposta pelas autoras tem como objetivo possibilitar que os membros da unidade escolar, envolvidos no processo de escolarização, possam analisar, de forma mais consistente, a realidade escolar e, dessa forma, propiciar perspectivas de mudanças.

Portanto, um trabalho dessa natureza, com a formação de um grupo, caracterizado como espaços de fala, foi realizado com as coordenadoras de CCIMs, na tentativa de oferecer o suporte afetivo e troca de experiências visando a uma melhor compreensão de sua prática, enquanto coordenadoras.

Com esse trabalho, que ocorreu quinzenalmente, durante 4 horas, e durante um semestre, houve um fortalecimento do grupo de

coordenadoras². Voltando à questão da interpretação dos depoimentos, vale citar que, enquanto pesquisadora, tinha em mãos sete depoimentos, sendo que, para uma pesquisa qualitativa o total de sete depoimentos era um volume muito grande de material a ser analisado. Então tive como objetivo localizar, dos sete depoimentos, aqueles que se mostraram mais significativos sob a perspectiva do problema dessa dissertação: a experiência de ser coordenadora de creche, focalizando prioritariamente os aspectos subjetivos. Portanto, após ouvir e ler todos os depoimentos, foram localizados três que mais expressavam os objetivos do problema central da pesquisa. Esses foram escolhidos, dada sua ênfase na dimensão subjetiva, porque emoções e reflexões iam emergindo, possibilitando uma conceitualização das mesmas.

Com relação à apresentação das coordenadoras, posso dizer que as que participaram dessa pesquisa, na época da coleta dos depoimentos, tinham idades entre 40 e 50 anos e já trabalhavam em creche, em um período médio de 6 anos.

INTERPRETAÇÃO DOS DEPOIMENTOS

Foi feita uma interpretação dos depoimentos, baseada na dimensão subjetiva, que diz respeito aos sentimentos envolvidos na experiência de ser coordenadora de creche.

No conjunto dos três depoimentos, os contextos experienciais localizados como presentes na experiência das coordenadoras e que, de certa forma, aparecem de modo explícito ou nas entrelinhas são os apresentados a seguir.

SOLIDÃO

Uma sensação de solidão encontra-se presente em dois depoimentos. No entanto, no depoimento de uma coordenadora, é forte, como toda sua fala estava pautada nesse sentimento.

A solidão é expressa, através de uma sensação de abandono, um sentimento de que elas teriam sido "abandonadas" pelas profissionais da Equipe Técnica. Sentiam-se deixadas sozinhas, para resolverem tantos problemas.

Além de ser expressa na forma de abandono, a solidão aparece associada a um sentimento de desamparo, de falta de apoio frente a situações conflituosas. É como se as coordenadoras nos estivessem transmitindo uma sensação de isolamento, falta de base, falta de um apoio, como se estivessem sós, sem ninguém para ajudá-las.

² Essa ação culminou com algumas conquistas, como, por exemplo, uma revisão da questão salarial das coordenadoras, cujo salário se encontrava bastante defasado.

DESVALORIZAÇÃO

Sentimento de desvalorização está presente em todos os relatos, aparecendo com muita intensidade e, na maior parte das vezes, de forma clara, explícita, conceituada pelas próprias coordenadoras. O sentimento de desvalorização é expresso de várias formas.

Deparamo-nos com uma grande gama de significados atribuídos ao sentimento de desvalorização. As próprias coordenadoras o descrevem, ora relacionando-o quanto ao papel da coordenadora, ora quanto à sua própria pessoa.

Em algumas falas, o sentimento de desvalorização vem carregado de muito ressentimento, tristeza, sensação de anulação enquanto pessoa. A desvalorização também é expressa, através de uma certa crítica à administração, por considerar que nenhuma das gestões tem atribuído a devida importância ao cargo de coordenadora e nem aos demais trabalhadores de creche. A desvalorização também é descrita como ausência de reconhecimento, pelo excesso de atribuições que elas acabam exercendo, mesmo sem ser de sua competência, e pela doação que se dá no desempenho de seu trabalho.

Além disso, é expressa, também, a sensação de que, cada vez mais, são acrescentadas novas responsabilidades às suas já tão numerosas funções, sem o devido reconhecimento ou valorização. Emerge, também, da fala de uma coordenadora, a sensação de que as coordenadoras só têm deveres, mas não direitos.

Outro ponto importante que aparece aliado à desvalorização é a questão financeira. Há uma associação entre desvalorização profissional e uma baixa remuneração. Ou seja, os baixos salários das coordenadoras também são vistos como indicativos da sua situação de desvalorização. Aparece, ainda, uma possível explicação para a falta de valorização, quanto ao papel de coordenadora de creche. Apesar de haver um grande sentimento de desvalorização, algumas coordenadoras conseguem sentir uma certa valorização, quanto a seu trabalho. Tal sensação parte dos próprios funcionários da creche e da população do bairro onde está inserida. A comunidade as valoriza, contrariamente à administração que as emprega, para a prestação de serviços a essa mesma comunidade.

IMPOTÊNCIA

A impotência se manifesta como um sentimento que está presente naqueles momentos em que a coordenadora quer ver um problema solucionado, mas depara-se com seus próprios limites ou limitações impostas pela administração. Expressa-se como um querer sem poder concretizar o desejado. É difícil entrar em contato com esse sentimento, pois há um desejo implícito de que pudessem resolver todos os problemas,

embora, conscientemente, reconheçam sua impossibilidade.

REVOLTA

Nos três depoimentos, percebi como todos estão repletos de revolta e mágoa. Os relatos deixam aparecer como ambas as emoções estão muito entrelaçadas. Em algumas situações, esses sentimentos são expostos de forma direta, e, em outros momentos, aparecem de forma velada. A meu ver, foi o sentimento mais presente e intenso, embora, em cada depoimento, a revolta seja vivida em diferentes contextos, pois tal sentimento é vivenciado por cada uma delas de forma peculiar, frente a diferentes situações.

Para uma das coordenadoras, apresenta-se com muita intensidade a revolta dirigida basicamente aos profissionais da Equipe Técnica, devido à falta de apoio nos momentos em que ela estava passando por grandes problemas no trabalho. Sentiu-se muito magoada, por não ter recebido ajuda em fases tão difíceis, a qual pudesse auxiliá-la a compreender seus conflitos.

Outro fator mobilizador da revolta dessa coordenadora foram as cobranças feitas pela Equipe Técnica, quanto à aplicação de uma nova proposta pedagógica. A reação foi sentida por ela como muito exigente, principalmente, por ter considerado que foi dado pouco tempo para que tais mudanças fossem efetivadas.

Além disso, a mesma expõe, de forma bem clara, a mágoa e revolta dirigida a mim, enquanto psicóloga que atuava na Equipe Técnica, por não tê-la auxiliado em momentos difíceis. Para ela, o psicólogo teria por obrigação intervir nessas situações.

No entanto, o fator mais forte de revolta para ela refere-se, principalmente, à falta de apoio emocional. No momento em que falava dessas questões, parecia vivenciar uma grande mágoa. Emocionou-se muito, chorando, ao falar sobre essas situações geradoras de revolta, ou seja, a raiva, por não ter-se sentido apoiada, quando mais precisava.

Já para outras coordenadoras, o sentimento de revolta vem à tona, devido à falta de valorização profissional, financeira e de condições materiais para desenvolver um bom trabalho. Por um lado, a revolta emerge, devido à sensação de elas não serem valorizadas, considerando, principalmente, a grande doação que elas sentem fazer pela creche. E a falta de reconhecimento que gera mágoa e revolta, a ponto de algumas colocarem que não vale a pena "matar-se" pelo trabalho. Nesse tipo de colocação, podemos perceber como, implicitamente, há também raiva, por se doarem tanto e serem tão pouco reconhecidas.

A questão salarial também é outro fator que mobiliza muito um sentimento de revolta em uma das coordenadoras, que, inclusive, acha injusto um salário tão baixo, principalmente se se considerar o acúmulo de responsabilidade em suas

mãos e a ausência de uma pessoa, como uma secretária ou escriturária, para ajudá-las na divisão de funções.

A revolta também aparece como sendo originada frente ao excesso de solicitações e cobranças que vêm do setor administrativo. Tal fato leva, inclusive, ao questionamento crítico da função de coordenadora. A realização de atividades burocráticas, como preenchimento de relatórios e pedidos de materiais, também leva uma das coordenadoras a revoltar-se.

ANSIEDADE

Um dos maiores geradores de ansiedade nas coordenadoras é o próprio cotidiano da creche, que, por sua complexidade e dinâmica, mobiliza, nelas, um constante estado de ansiedade e apreensão. Foi um dos sentimentos que se expressou de forma similar em todos os depoimentos. A ansiedade é vivida quase que diariamente ou até mesmo a todo instante.

A própria fala das coordenadoras, a forma de se referirem a isso demonstram essas sensações, até mesmo no momento da coleta dos depoimentos. Falavam rapidamente. Ao mesmo tempo em que conversavam comigo, tinham que levantar-se e atender chamados, ora de funcionário, ora de mães ou de crianças. A situação do depoimento foi, ela própria, reveladora da ansiedade vivida pelas coordenadoras em seu cotidiano de trabalho.

Realmente, sua rotina é muito corrida, repleta, como elas mesmas dizem, de coisas novas a cada momento, de tal forma a inviabilizar a realização de atividades planejadas antecipadamente, como, por exemplo, orientação às ADIs.

Um aspecto chama a atenção: as três coordenadoras referem-se a um estado de medo ou tensão constante, ao pensar nas crianças. Há a possibilidade de alguma criança acidentarse e machucar-se gravemente na creche, principalmente devido à falta de recursos tanto materiais (como carro, telefone, posto de saúde próximo à creche), como pessoais (enfermeiros ou auxiliares de enfermagem dentro da própria creche). Isto impossibilita um atendimento adequado e rápido às crianças, bem como dificulta a informação nos casos em que há crianças internadas em hospitais (elas querem notícias diárias).

As próprias coordenadoras parecem ter introjetado a responsabilidade que é passada pela administração.

Foi apontada, ainda, por uma das coordenadoras, uma outra situação que igualmente as deixa bastante apreensivas: a falta constante de recursos materiais na creche. Dessa forma, fica difícil educarem e administrarem simultaneamente.

ANGÚSTIA

Sentimento de angústia é gerado em algumas coordenadoras, manifestando-se na forma de dúvidas, conflitos e dilemas, os quais, também acarretam insegurança. Uma das coordenadoras apontou para o fato de que, até ser efetivada como servidora municipal, era constantemente acometida por uma grande dúvida, quanto à possibilidade de ser retirada de sua função ou da creche na qual trabalhava, quando havia mudança na Administração Municipal. Ela passava por períodos de insegurança, pois sentia seu cargo efêmero.

Já outra coordenadora passa por momentos de muita angústia, quando se depara com a falta de vagas, problema muito presente nas creches. Vê-se impossibilitada de oferecer vaga para uma mãe que necessita muito da creche. Fica muito dividida frente à seguinte situação: existem crianças na creche cujas mães não trabalham e existem mães que precisam trabalhar e necessitam da creche para tal, mas não têm a vaga. Embora uma coordenadora saiba ou compreenda racionalmente a questão de que a creche é um direito das crianças, independentemente da mãe trabalhar fora ou não, ela se vê muito angustiada, frente à situação da mãe necessitada. Esse fato a coloca diretamente frente à sua impotência. Ela entra nesse estado, por emocionar-se com o desespero de algumas mães.

Em sua fala, por outro lado, tal coordenadora parece entrar em contradição entre seu conhecimento teórico e sua experiência subjetiva. Caso se deixe guiar exclusivamente pela sua dimensão afetiva, ela cederia a vaga para a mãe trabalhadora, o que poderia entrar em choque com o que lhe foi transmitido teoricamente.

PRAZER

Juntamente com o sentimento de desvalorização e revolta, o prazer também é um sentimento que surge com certa intensidade na fala das coordenadoras. Na maior parte das vezes, apresenta-se associado a um mesmo significado, ou seja, está relacionado, nos relatos, ao contato e convivência com as crianças e ao próprio trabalho que realizam. Apesar das dificuldades, as coordenadoras encontram, nessa função, prazer e, portanto, realização profissional. Entretanto, esse prazer associado ao contato com as crianças traz, como contrapartida, um grande sentimento de perda, quando chega o momento de as crianças saírem da creche, para irem para outro bairro ou para a escola. Esse sentimento de prazer manifesta-se, ainda, através de grande envolvimento emocional e preocupação com a vida da criança fora da creche e em seu futuro, sentido por todas as coordenadoras. Ao mesmo tempo, em que as coordenadoras percebem seu grande envolvimento e preocupação com as crianças, elas os analisam de forma crítica. Questionam, por si próprias, sua atitude, avaliando que talvez estejam

extrapolando seu papel de coordenadora de creche.

O contato com as crianças é considerado o fator mais motivador e gratificante, que mantém as coordenadoras na função. De certa forma, é o prazer obtido com as crianças que garante a permanência das coordenadoras nas creches.

Prazer também surge em relação a outros fatores, como: manutenção do mesmo quadro de funcionários, desde que iniciou o funcionamento da creche, pois o conhecimento das pessoas permite uma melhor orientação; chance que elas têm de trabalhar com as famílias, no sentido de poder escutá-las quanto a seus problemas e, assim, contribuírem com famílias e crianças; por ter permitido uma reflexão acerca de seu trabalho; quando observam mudanças na creche, ou seja, ao obterem resultados satisfatórios de seu trabalho; quando presenciaram manifestação de carinho das crianças para com elas e em ter realizado o depoimento, que é o objeto de estudo dessa dissertação.

Para as coordenadoras, a vida das crianças em suas casas difere muito das condições materiais oferecidas pela creche e acreditam que isto possa deixá-las confusas. Na creche, banho e comida quente na hora certa são oferecidos, o que elas sentem falta em suas casas. Mesmo tendo essa sensação, as coordenadoras, ao lhes explicarem a situação procuram compreender a situação de vida da criança, buscando não acusar as mães, mas entendendo a situação pela dimensão social. De qualquer forma, essa é uma questão que mobiliza muito a emoção das coordenadoras.

DOAÇÃO AO TRABALHO

Uma sensação de doação e entrega ao trabalho na creche permeia a fala de algumas coordenadoras.

Essa doação aparece através das seguintes formas: não param no horário de almoço, ficando, na creche, até 10 ou 11 horas corridas. Dessa forma, não há momento de pausa ou descanso no trabalho, o que acaba acarretando, para uma das coordenadoras, um certo abandono do lado pessoal em benefício do profissional. Consequentemente, gera um certo afastamento da convivência familiar. Questionam a influência que o lado profissional exerce no lado pessoal e vice-versa. Há uma preocupação tão intensa com a creche, que faz com que as coordenadoras levem "problemas" para casa, ou descarreguem sua raiva, que seria originada por problemas na creche, em cima de sua família, comprometendo a relação familiar. Por vezes, deixam de lado suas próprias atividades, para assumir o trabalho de outro profissional, e, assim, não comprometer o atendimento às crianças.

Portanto, um excesso de preocupações marca a experiência das coordenadoras. Esse dado revela sua necessidade de falar sobre seu trabalho, ansiedades, preocupações, de forma a

poderem lidar, de modo mais satisfatório, com as questões suscitadas na creche. Sentem que precisam aprender a separar um pouco mais a dimensão pessoal da profissional. Seu dia-a-dia está repleto de condições que interferem na dimensão emocional, mais subjetiva. Percebemos isto, através de seus relatos, que expressam como são expostas continuamente a situações conflitantes e variadas: problemas familiares (às vezes graves); reclamações das funcionárias, às quais elas acabam dando um suporte emocional; mães que surgem chorando, desesperadas, ora queixando-se dos problemas familiares, ora da falta de vagas, solicitadas praticamente todos os dias; crianças solicitando sua atenção e, às vezes, também chorando, levando-as a querer resolver prontamente tais problemas.

Essas situações aliadas à extrema dependência que todos os demais funcionários da creche têm para com as coordenadoras são fatores que lhes acarretam um amplo desgaste emocional.

Ao ler suas queixas, sou levada a encarar as coordenadoras como pilares, figuras centrais da creche, sem as quais ela poderia desmoronar.

INSATISFAÇÃO

Uma insatisfação profunda aparece particularmente na fala de Maria e diz respeito à vivência mais marcante que ela estava tendo no período em que foi realizado seu depoimento.

Essa insatisfação revela-se aliada à falta de espaço que ela sente haver para as coordenadoras, no sentido de não serem reconhecidas e de não terem uma representação forte frente à administração. Talvez por isso, percebe que não há respaldo material necessário para um bom desenvolvimento do trabalho na creche.

SENTIMENTO DE POSSE

Um sentimento de posse quanto às crianças, às funcionárias e à própria creche e seus equipamentos não aparece muito explicitamente em todas as falas. No entanto, é percebido nas entrelinhas. Embora algumas até falem racionalmente que sabem que a creche não é delas, no seu íntimo, parece haver a presença dessa posse.

Também denuncia-se um desejo implícito de que as crianças da creche pertençam às coordenadoras, isto é, que são de sua propriedade, assim como nos pertencem os objetos de nossa casa. No entanto, as coordenadoras, de forma mais racional, percebem que a creche não equivale à sua casa e, portanto, não lhes pertence.

SEGURANÇA

Apesar de todas as dificuldades pelas quais as coordenadoras passam, desde as referentes à implantação de uma nova proposta

pedagógica, para lidar com os limites da própria instituição, até as decorrentes da falta de condições materiais adequadas para um desenvolvimento satisfatório do trabalho na creche manifestam, em suas falas, como, atualmente, se sentem mais seguras em sua função e quanto à sua capacidade de desenvolver um bom trabalho profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma primeira descoberta e compreensão propiciada por essa pesquisa refere-se à realidade do trabalho de coordenadora de creche. A atividade envolve um sentimento de desvalorização explícito pelas coordenadoras, quanto ao seu próprio cargo, mas também dirigido aos demais trabalhadores de creche. Embora trabalhando há tempo com profissionais de creche, antes de realizar a pesquisa, eu não tinha a dimensão de grandiosidade de tal desvalorização. Tal sentimento tão forte remete a um pensamento: por que será que os profissionais de creche têm tão pouco reconhecimento e valorização perante a sociedade?

Isto me levou à seguinte reflexão: talvez tal desvalorização advinha do fato de esses profissionais trabalharem numa instituição, a creche, o foco, ela mesma, de desvalorização. As próprias coordenadoras tocam indiretamente neste ponto, ao apontarem que há um preconceito não só com relação à figura da coordenadora de creche, mas com a própria creche. Como entender isto?

Haddad (1991), em seu livro "A creche em busca de identidade" explica que existem várias formas possíveis de concebermos a creche. Acredito que seja em função da concepção de que temos é que a enxergamos como uma instituição valorizada ou não.

Se consideramos a creche como um mal necessário, que serve somente para suprir as carências e necessidades das famílias de classe popular, não conseguindo perspectivá-la senão como um "depósito de crianças", não conseguiremos dar a ela o destaque, ou valor necessário. Mas, felizmente, essa concepção de creche passou por transformações, devido a mudanças sociais e históricas e está ultrapassada.

Haddad (1991) aponta que, nos últimos anos, houve um progresso considerável, quanto à discussão a respeito de creches no Brasil. Tal feito fica evidenciado, através da reivindicação por creches e pré-escolas, defendida por vários setores da sociedade, bem como pelos próprios profissionais que nelas atuam, grupos ligados a movimentos populares e setores acadêmicos. A modificação gerada por esses setores levou à aprovação de reivindicações bastante importantes incorporadas à Carta Constitucional de 1988, dentre elas, o artigo que determina "o atendimento em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos" (artigo 208, inciso IV) e o que assegura

"assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento até os 6 anos de idade, em creches e pré-escolas" (artigo 7º, inciso XXV) como um direito de homens e mulheres trabalhadoras. Dessa forma, como diz Haddad, o atendimento em creches e pré-escolas, pela primeira vez, é visto como um direito à Educação e dever do Estado (Haddad, 1991, p. 32); a creche passa a ser vista como um equipamento social e educativo, promovendo alterações nas propostas de trabalho. Contudo, mesmo contando com várias conquistas, ainda continua sendo objeto "de todos os tipos de discriminação, por não ser, ainda, reconhecida como uma área legítima da educação e desenvolvimento da criança pequena" (Haddad, 1991, p.21). Essa discriminação seria originária do desconhecimento, por parte da população, sobre o significado e funções da instituição e dos profissionais nela inseridos.

Portanto, se conseguirmos reverter essa situação, ampliando nossas concepções a respeito de sua função, encarando-a de uma forma mais positiva como um equipamento educativo "capaz de ampliar as relações, experiências e aprendizado das crianças" (Haddad, 1991 p.111), teremos condição de enxergar a creche e seus profissionais como uma instituição que merece um maior reconhecimento pela sociedade. Se percebermos o potencial que ela pode oferecer às crianças, considerando-as como capazes e competentes, ampliando conhecimentos através da vivência e interação propiciada num ambiente coletivo, deixaremos de encará-la como desmerecedora de importância.

O sentimento de desvalorização, identificado através da obtenção dos depoimentos, mobilizou-me, enquanto profissional e pesquisadora. Arrisco-me a dizer que colaborou, para redimensionar as reflexões que vinha fazendo, quanto ao trabalho do Psicólogo Escolar. Conduziram-me a entrar em contato com a urgente necessidade sentida pelas coordenadoras por um espaço, no qual possam ser ouvidas e possam encontrar ambiente propício para desenvolver laços mais afetivos.

Esses indicadores demonstram a possibilidade de o profissional pôr em ação um trabalho voltado para a criação de espaços de fala. Ou, espaço para fala que se caracterizassem como espaços privilegiados de contato, encontro entre o profissional (psicólogo) e aquele que busca ajuda (coordenadoras de creche).

Fui descobrindo que o psicólogo pode proporcionar um ambiente tranqüilo, livre de julgamentos, em que conflitos, dilemas, dificuldades possam ser expressos espontaneamente, sem medo, sem recriminações. Um ambiente que seja capaz de gerar reflexões e elaborações de experiência, permitindo a criação de novos sentidos para a vida pessoal e/ou profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATAÍDE, Y. D. B. Decifra-me ou devoro-te-história oral de vida dos meninos de rua de Salvador. São Paulo: Loyola, 1993.
- CAMPOS, M. M., FERREIRA, I. M. ROSEMBERG, F. Creches e pré-escolas no Brasil. São Paulo: Cortez, 1992.
- FIGUEIREDO, L. C. Sob o signo da multiplicidade. São Paulo: sn. 1992.
- HADDAD, L. A creche em busca de indentidade. São Paulo: Loyola, 1991.
- LIBÓRIO, R. M. C. A experiência de ser coordenadora de creche: depoimentos conduzindo a uma reflexão e conscientização de uma profissional de psicologia escolar. São Paulo: IP/USP, 1997. (Dissertação de Mestrado).
- MACHADO, A. M., SOUZA, M.P.R. (Orgs) Psicologia Escolar: em busca de novos rumos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997 (Coleção Psicologia e Educação).
- PATTO, M. H. S. Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.
- PATTO, M. H. S. Introdução a psicologia escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.
- PATTO, M. H. S. A produção do fracasso escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- QUEIROZ, M. I. P. Relatos orais: do indivizível ao divizível. Revista Ciência e Cultura, São Paulo: v.39, n.3, p.272-86, 1987.
- SOUZA, M. P. R. et al. A questão do rendimento escolar - mitos e preconceitos. São Paulo: SPE/USP, 1989.
- SCHMIDT, M. L. S. A experiência de psicólogas na comunicação de massas. São Paulo: IP/USP, 1991 (Tese de Doutorado).